



DETRAN/SP): Solicitação de busca de veículos de pessoa física ou de pessoa jurídica (incluído o ato sequencial de registro de restrição/ bloqueio de transferência da propriedade do bem): R\$ 11,00 (onze reais). Observe-se que, de acordo com o comunicado 170/2001, não haverá devolução do valor recolhido em razão de buscas que apresentem resultado negativo, bem como os valores constantes da tabela acima se referem a cada CPF ou CNPJ a ser pesquisado em cada Processo. Os valores deverão ser recolhidos na Guia do Fundo de Despesas do TJSP (FEDTJ), informando-se o código 434-1 "Impressão de Informações do Sistema INFOJUD/BACENJUD/RENAJUD". Intime-se. - ADV: RAUSTER RECHE VIRGINIO (OAB 217379/SP), IVAN HENRIQUE MORAES LIMA (OAB 236578/SP), LEONARDO LIMA CORDEIRO (OAB 221676/SP)

Processo 0031211-52.2009.8.26.0224 (224.01.2009.031211) - Procedimento Ordinário - Cristiano de Oliveira Angelo - Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - VISTOS EM SANEADOR. Processo em ordem. Partes legítimas e bem representadas. Não havendo preliminares ou irregularidades a sanar, DOU O FEITO POR SANEADO. Necessária a dilação probatória com a realização de perícia, nomeio para tanto o Sr. José Sérgio Iglesias Filho. Este deverá informar nestes autos a data e horário da realização da perícia, bem como o seu local. Após intime-se o(a) autor(a) pelo Diário Oficial para comparecer junto ao endereço fornecido pelo perito, munido de documento de identidade e respectivos exames médicos a fim de ser submetido à perícia, na data apazada pelo perito. Intime-se o INSS para que recolha os honorários periciais. Faculto às partes a indicação de assistente técnico. Quesitos em cinco dias e laudo em trinta dias. Os assistentes poderão apresentar seus laudos no prazo previsto pelo artigo 433, parágrafo único, do Código de Processo Civil. São quesitos deste juízo: 1. Se o autor(a) está incapacitado(a) para o trabalho? 2. Qual é o grau desta incapacidade (total, parcial e/ou temporária/permanente)? 3. Se há nexo de causalidade entre o acidente e a incapacidade? 4. Em caso de incapacidade, qual a data de início da incapacidade? Com a apresentação do laudo, expeça-se guia de levantamento dos honorários periciais, e INTIMEM-SE. - ADV: MARTA ILACI MENDES MONTEFUSCO (OAB 135504/SP), SIMONE SOUZA FONTES (OAB 255564/SP)

Processo 0031633-22.2012.8.26.0224 (224.01.2012.031633) - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - Karianne dos Santos Silva - Hospital e Maternidade Bom Clima e outro - Vistos. Digam as partes de há interesse na realização de audiência de conciliação. No mesmo ato, informem que provas pretendem produzir, justificadamente, sem prejuízo do eventual julgamento antecipado da lide. Intime-se. - ADV: CLAUDIO JOSE SANCHES DE GODOI (OAB 91533/SP), TATIANA TIBERIO LUZ (OAB 196959/SP), ROBERTO CAMPANELLA CANDELARIA (OAB 118933/SP)

Processo 0031726-34.2002.8.26.0224 (224.01.2002.031726) - Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação - Irenilda dos Santos Bispo - Sergio Parra - Vistos. Fls. 330/331: A assistência judiciária gratuita não compreende o pedido de extração de cópias integral dos autos, para fins de eventual necessidade de uso pela autora. Arquivem-se os autos. Intime-se. - ADV: AVENIR TEIXEIRA CURDI (OAB 133993/SP), LILIANA JANCAUSCAS MUNHOZ (OAB 173294/SP)

Processo 0033812-31.2009.8.26.0224 (224.01.2009.033812) - Procedimento Ordinário - Patricia Marques Alves - Auto Mix Veiculos Ltda - - Real Leasing S/A Arrendamento Mercantil - Vistos. Recebo a petição de fls. 384/387 como impugnação à execução da multa diária da obrigação de fazer imposta à corré Real Leasing S/A Arrendamento Mercantil. Verifica-se que o gravame foi lançado por instituição financeira estranha à lide, não sendo possível exigir-se que a baixa da restrição seja providenciada pela impugnante, que é parte ilegítima para o cumprimento da obrigação, conforme se depreende do documento de fls. 26. Assim, acolho a impugnação e revejo a decisão de fls. 195, ressalvadas as vias ordinárias para oferecimento de demanda contra terceiros. No mais, providencie a autora, em 05 dias, a minuta do edital de citação da corré Auto Mix Veiculos Ltda, encaminhando-a por e-mail (guarulhos5cv@tjsp.jus.br), sob pena de extinção. Intime-se. - ADV: DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES (OAB 162539/SP), FÁBIO FORLI TERRA NOVA (OAB 188956/SP), CAROLINA DE ROSSO AFONSO (OAB 195972/SP)

Processo 0034030-59.2009.8.26.0224 (224.01.2009.034030) - Procedimento Ordinário - Catarina Taurisano - Condominio Arcanjo Edificio Ismael e outros - Vistos. Revejo, integralmente, o ato ordinatório de fl. 286 e defiro o pedido, pelo sistema RENAJUD. No mais, expeça-se guia de levantamento dos valores bloqueados em favor da parte autora. Intime-se. - ADV: JULIO CESAR FERREIRA DA SILVA (OAB 93518/SP), RICARDO TADEU ILLIPRONTI (OAB 113609/SP)

Processo 0034668-29.2008.8.26.0224 (224.01.2008.034668) - Procedimento Sumário - Ivone Simoni Puyz Bacilieri - Susy Ribeiro Siqueira da Silva Almeida - Vistos. Fls. 266/268: Cumpra-se fls. 242, arquivando-se os autos. Intime-se. - ADV: ELIUDE ANA DE SANTANA DIPARDO (OAB 174858/SP), SÉRGIO ROSA JUNIOR (OAB 160103/SP), MARIO SOARES FERNANDES (OAB 59462/SP)

Processo 0034920-90.2012.8.26.0224 (224.01.2012.034920) - Recuperação Judicial - Recuperação judicial e Falência - M V G Engenharia e Construção Ltda - Vistos. M.V.G. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA requereu 24 de maio de 2012 a sua recuperação judicial nos termos da Lei n. 11.101/05. Em 24 de julho de 2012, preenchidos os requisitos legais, foi deferido o seu processamento (fls. 436/437). Publicados os editais necessários e apresentado o plano de recuperação judicial, foram convocadas Assembleias de Credores realizada em 10 de junho de 2013, 19 de junho de 2013 e em 14 de agosto de 2013, sendo a primeira remarcada por insuficiência de quórum e, esta última, agendada em continuidade. Em 14 de agosto de 2013 houve aprovação do plano de Recuperação Judicial conforme ata trazida às fls. 2963 e seguintes. No prazo de que trata o artigo 55 da Lei n.11.101/2005 foi apresentada objeção pela credora Votorantim Cimentos S.A. quanto à cláusula 8 do plano. Houve ainda objeção de Umbelina Rigatto Oliveira, por sua curadora, Maria Isabel Oliveira Cava e Coaracy Oliveira Júnior (fls. 3025 e seguintes). O administrador judicial (fls. 3203/3204) manifestou-se contrariamente à objeção da credora Votorantim Cimentos S.A., requerendo documentos acerca da objeção apresentada por Umbelina Rigatto Oliveira e outros. Existem petições juntadas nos autos, após a apresentação do plano de recuperação judicial, que apresentam questões a serem analisadas oportunamente e após o devido processamento.. É o relatório. DECIDO. Preambularmente, resta salientar que a cláusula "8" do plano de recuperação judicial é consentânea com a natureza negocial do plano de recuperação judicial. As consequências impostas pelo artigo 61 §1º da Lei n. 11.101/2005 não obstatam soluções negociais prévias, mediante aprovação da Assembleia, que contornem pontuais e incidentais problemas no cumprimento do plano de recuperação judicial, sempre em prestígio ao crédito e à realização do objeto social da pessoa jurídica. Neste sentido, a despeito das bem colocadas razões expostas pelo credor, não é o caso de se afastar a cláusula "8", presente, diga-se, costumeiramente em planos de recuperação judicial. Ademais, a objeção ao plano formulada às fls. 3025 e seguintes por credores quirografários classe III não é óbice à concessão da recuperação judicial. (Lei n. 11.101/2005, art. 58, §1º ). Tal manifestação deverá ser autuada em separado para abertura de contraditório mínimo e decisão definitiva. Passa-se a algumas considerações acerca do que exige o artigo 57 da Lei n. 11.101/2005: A exigência das certidões negativas constante do artigo 57 da Lei n. 11.101/2005, como pressuposto de admissibilidade para concessão da recuperação judicial, aprovada pelos credores a ela sujeita, na hipótese, afrontaria os princípios que regem o instituto da recuperação judicial, regulado pela mesma lei, bem como a própria Constituição Federal. Em que pesem entendimentos contrários, a exigência do artigo 57 da Lei 11.101/05 e do artigo 191-A do CTN se traveste de sanção política, profligada pela jurisprudência dos tribunais. Fere o princípio da proporcionalidade na medida em que, indiscriminadamente, a partir de exigências documentais (meio), impõe o cumprimento integral de obrigações tributárias (fim). Enfim, seu descumprimento não acarreta a falência, consequência



não desejada pela lei. Na esteira de vasta jurisprudência, portanto, é o caso de se superar tal exigência de caráter documental, sem que isso represente proibição de cobrança de tributos pelas vias próprias e, assim, o atingimento com menores danos à sociedade empresária da finalidade pública subjacente à norma do artigo 57 da Lei n. 11.101/2005. O princípio da proporcionalidade, lembrado, “na qualidade de princípio constitucional ou princípio geral de direito, apto a acautelar do arbítrio do poder o cidadão e toda a sociedade, que se faz mister reconhecê-lo já implícito e, portanto, positivado em nosso Direito Constitucional” (Paulo Bonavides, Curso de Direito Constitucional, 9ª ed., Malheiros Editores, 2000, p. 396). A doutrina que trata do tema da recuperação judicial e falências é em sua maioria esta no sentido de que a exigência das certidões negativas contraria o instituto, destacando, entre vários, Luiz Antonio Caldeira Miretti (Comentários à Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas, coord. Rubens Approbato Machado, Ed. Quartier Latin, 2005, p. 275) e Julio Kahan Mandel (Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas Anotada, Saraiva, 2005, p.129). A respeito, vale, ainda, a lição de Manoel Justino Bezerra Filho (Nova Lei de Recuperação e Falências Comentada, 3ª ed., Ed. Revista dos Tribunais, 2005, p. 168): “Aliás, neste ponto, a Lei não aproveitou o ensinamento que os 60 anos de vigência do Dec.-lei 7.661/45 trouxeram, a partir do exame do art. 174 daquela lei. Este artigo exigia que, para que a concordata fosse julgada cumprida, o devedor apresentasse comprovação de que havia pago todos os impostos, sob pena de falência. Tal disposição, de praticamente impossível cumprimento, redundou na criação jurisprudencial que admitia o pedido de desistência da concordata, embora sem expressa previsão legal. E a jurisprudência assim se firmou, porque exigir o cumprimento daquele art. 174 seria levar a empresa, certamente, à falência. Sem embargo de tudo isto, este art. 57, acoplado ao art. 49, repete o erro de trazer obrigações de impossível cumprimento para sociedades empresárias em crise”. Bem por isso, mostra-se a orientação que vem se formando pela desnecessidade da demonstração da regularidade fiscal. Sob o ponto de vista econômico, conforme se vê em trabalho de Marcos de Barros Lisboa, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e outros (A Racionalidade Econômica da Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, in Direito Falimentar e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas, coord. Luiz Fernando Valente de Paiva, Ed. Quartier Latin, 2005, p. 52), tem-se que “o Fisco colabora com a recuperação da empresa mediante o parcelamento dos créditos tributários”, fixando norma determinando “que as Receitas de cada ente federativo criem regras específicas sobre o parcelamento de dívidas tributárias para empresas em recuperação de empresas”, como forma de ajudar a recuperação judicial, já que dela não participa, “estabelecendo uma dilatação dos prazos para pagamento, aliviando as necessidades de fluxo de caixa da empresa e propiciando a regularização de sua situação fiscal”. Ou seja, o fisco deve atender o princípio constitucional da proporcionalidade e, também, os princípios estabelecidos no art. 47 da Lei n. 11.101/05, que, por consequência, encontram seu amparo no artigo 170 da Constituição Federal. Ante o exposto, com fundamento no artigo 58 da Lei n. 11.101/05, concedo a recuperação judicial à sociedade empresária MVG ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA para que se dê fiel cumprimento ao plano aprovado pela Assembleia Geral de Credores nos termos dos artigos 59 a 61 da mesma lei. Ao fim do prazo de 2 (dois) anos (LFR, art. 63), caberá à Recuperanda, ouvido o Administrador Judicial, apresentar ao Juízo demonstração do cumprimento das obrigações vencidas nesse prazo. Autuem-se em separado as peças de fls. 3025/3130 e 3151/3157, como incidente, para melhor organização do feito. Já no apenso, providencie-se certidão de objeto e pé dos feitos informados nos itens “1” e “3” da cota de fl. 3169. Com a vinda, vistas ao Ministério Público, ao Administrador Judicial e, enfim, e conclusos para decisão da objeção. Sem prejuízo, determine-se ao Registro Público de Empresas a anotação da recuperação judicial no competente registro (LFR, art. 69, parágrafo único). Após, ciência ao Ministério Público. Intimem-se. - ADV: BRUNO ALVES BUGANZA (OAB 209004/SP), LUIS EDUARDO PANTOLFI DE SOUZA (OAB 205379/SP), DENIS AUDI ESPINELA (OAB 198153/SP), RODOLFO VALADÃO AMBRÓSIO (OAB 184842/SP), MARCOS ROGÉRIO ZANGOTTI (OAB 171252/SP), RODRIGO ASSAD SUCENA BRANCO (OAB 239729/SP), DOUGLAS MARCUS (OAB 227791/SP), MATEUS LEONARDO CONDE (OAB 235884/SP), EDER CLÓVIS DE OLIVEIRA (OAB 235791/SP), RODNEY FUNARI (OAB 209370/SP), RODRIGO TREVIZAN FESTA (OAB 216317/SP), JOSIANE ELSIE BETTINI (OAB 223090/SP), MARCIO FERNANDES SILVA (OAB 224988/SP), FERNANDA TURRI LONGO PAIVA (OAB 227301/SP), JOAO BOYADJIAN (OAB 22734/SP), DANIEL TRINDADE DE ALMEIDA (OAB 240107/SP), ADRIANA SANTOS BARROS (OAB 117017/SP), CLAUDIO HENRIQUE BUENO MARTINI (OAB 128041/SP), JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 126504/SP), NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ (OAB 122124/SP), GUSTAVO BARBAROTO PARO (OAB 121227/SP), JOSE CARLOS FRANCISCO PATRAO (OAB 128977/SP), SERGIO APARECIDO ROSA (OAB 114826/SP), CLAUDIA RICIOLI GONÇALVES (OAB 114632/SP), RODOLFO DE JESUS FERMINO (OAB 106251/SP), OSVALDO FRANCISCO JUNIOR (OAB 106054/SP), JORGE HENRIQUE MONTEIRO MARTINS (OAB 105227/SP), ATHOS CARLOS PISONI FILHO (OAB 164374/SP), ROGÉRIO APARECIDO SALES (OAB 153621/SP), ANDRÉ DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 164322/SP), LEANDRO RAMINELLI ROSLINDO F DE OLIVEIRA (OAB 163275/SP), GUILHERME BOYADJIAN (OAB 162610/SP), RENATO FONTES ARANTES (OAB 156352/SP), LAERCIO LEANDRO DA SILVA (OAB 143034/SP), LUCIANA ARRUDA DE SOUZA ZANINI (OAB 151213/SP), SILVIA CRISTINA HERNANDES MENDES (OAB 149753/SP), DORIVAL JOSE KLEIN (OAB 149514/SP), PABLO DOTTO (OAB 147434/SP), RICARDO DIAS TROTTA (OAB 144402/SP), GENILDO DE BRITO (OAB 99474/SP), OMAR MOHAMAD SALEH (OAB 266486/SP), ELAINE LIBERATO DE OLIVEIRA (OAB 247647/SP), OSVALDO FRANCISCO JÚNIOR (OAB 18290/SC), MÁRCIO LOUZADA CARPENA (OAB 46582/RS), ALEXANDRE SCHMITT DA SILVA MELLO (OAB 321739/SP), YARA MARY HARAGUTI (OAB 309406/SP), KAREN AOKI ITO (OAB 257417/SP), ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ANDRE LOMBARDI CASTILHO (OAB 256682/SP), MIRIAM SASTRE (OAB 264579/SP), VANEY IORI (OAB 260268/SP), MARILDA LEANDRO DA SILVA (OAB 269412/SP), ALEXANDRE PAVANELLI CAPOLETTI (OAB 267830/SP), JACKSON ANDRÉ DE SÁ (OAB 275156/SP), HOANES KOUTOUDJIAN FILHO (OAB 295777/SP), PAULO HENRIQUE DA SILVA GONÇALVES (OAB 302478/SP), SIMONE APARECIDA GASTALDELLO (OAB 66553/SP), WALTER ROSA DE OLIVEIRA (OAB 37332/SP), ANTONIO VANDERLEI DESUO (OAB 39166/SP), ROBERTO GREJO (OAB 52207/SP), JOSE ROBERTO RIBEIRO (OAB 56695/SP), MARIA CRISTINA FERREIRA BRAGA RUIZ (OAB 66211/SP), REGINALDO LUIZ ESTEPHANELLI (OAB 25677/SP), DEBORA PIRES MARCOLINO (OAB 88623/SP), FERNANDO KESTERING MEDEIROS (OAB 12526/SC), LARISSA MARGARETH CONCHO (OAB 31760/SC), JACKSON ANDRÉ DE SÁ (OAB 9162/SC), CARLOS CESAR RIBEIRO DA SILVA (OAB 88162/SP)

Processo 0036588-09.2006.8.26.0224 (224.01.2006.036588) - Outros Feitos não Especificados - DIREITO CIVIL - Município de Guarulhos - Francisco Assis de Almeida - - Ivone de Almeida - Vistos. I Na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, intime-se para pagamento, pelo Diário de Justiça, que deverá ser feito no prazo de quinze dias, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%. II - Caso o réu tenha sido citado de forma ficta por meio de curador especial E seja o vencido, conforme o REsp 1.198.698-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 18.10.2011, entendeu o Superior Tribunal de Justiça que, como na citação ficta não existe comunicação entre o réu e o curador especial, sobrevivendo posteriormente o trânsito em julgado da sentença condenatória para pagamento de quantia, não há como aplicar o entendimento de que o prazo para cumprimento voluntário da sentença flui a partir da intimação do devedor por meio de seu advogado. Também desnecessária a intimação pessoal do devedor. Em outros termos, não há no CPC regra que determine a intimação pessoal do executado para o cumprimento da sentença, devendo, portanto, incidir a regra geral no sentido de que o devedor deve ser intimado na pessoa